

Doi: 10.5212/PublicatioCi.Soc.v.20i2.0009

RESENHA DO LIVRO *EMANCIPAÇÃO E DIFERENÇA*, DE ERNESTO LACLAU

LACLAU, Ernesto. *Emancipação e Diferença*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.

Everton Garcia da Costa*

Emancipação e Diferença (no original *Emancipations*) é uma obra escrita pelo filósofo e cientista político Ernesto Laclau e que agora ganha uma versão em português sob a chancela da editora EDUERJ, a partir das organizadoras Alice Casimiro Lopes e Elizabeth Macedo. O lançamento da obra em território brasileiro é um reflexo da cada vez maior relevância e disseminação do pensamento de Laclau no Brasil, principalmente no que diz respeito às áreas da Filosofia Política, Ciência Política, Sociologia e Educação. O livro contou com uma qualificada equipe de tradutores que, de alguma forma, vem trabalhando em suas pesquisas nos últimos anos com as ideias laclaunianas. São eles: Hugo Heleno Costa (UERJ), Joanildo A. Burity (Durham University), Maria de Lourdes Tura (UERJ), Daniel de Mendonça (UFPEL), Léo Peixoto Rodrigues (UFPEL) e Teresa Carneiro (PUC-Rio). *Emancipação e Diferença*, com exceção dos textos introdutórios sobre a organização da tradução, o prefácio e os agradecimentos, conta com oito ensaios, incluindo *Articulação e os limites da metáfora*, o qual foi inserido na edição brasileira devido à própria sugestão do autor.

Logo no prefácio, Laclau situa o contexto político-social em que o livro foi escrito, isto é, entre os anos 1991 e 1995. Esse período foi marcado por importantes acontecimentos e mudanças no cenário mundial, tais como: o final do *apartheid* na África do Sul, a guerra civil ocorrida na antiga Iugoslávia, a emersão de uma direita populista na Europa e o aumento dos protestos multiculturais na América do Norte. Segundo Laclau, pode-se dizer, de certa forma, que a última manifestação do Iluminismo foi a Guerra Fria, na qual a ideologia dos dois protagonis-

tas reduzia as “forças operantes na arena histórica” a dois polos totalmente opostos e delineados - Capitalismo x Comunismo - sendo que cada um deles possuía a sua receita para a formulação de uma humanidade emancipada globalmente. Ao final da Guerra Fria, na primeira metade da década de 1990, começa a emergir uma consciência particular, em que as diferenças étnicas, raciais, nacionais e sexuais lutam para adquirir voz em contrapartida à ideia de globalização. Dessa forma, independente da perspectiva política a se hegemonizar, a relação entre global e particular passaria por uma redefinição.

Surgem então duas tendências dominantes e polarizadas: a primeira privilegia de forma unilateral o universalismo, a partir de um processo dialético como ferramenta para alcançar um consenso que vá além de todo particularismo (como defende Habermas); a segunda tendência exalta o particularismo e o contextualismo proclamando a morte do universal, como algumas vertentes da pós-modernidade. Laclau não aceita nenhuma dessas disposições extremas. Seu objetivo é determinar a lógica de uma possível mediação entre essas duas posições, a qual, segundo o autor, só pode existir de maneira hegemônica, sendo que a operação por ela desempenhada altera as identidades, tanto do particular quanto do universal. Com efeito, *Emancipação e Diferença* deve ser lido não como uma construção teórica finalizada, mas, sobretudo, como pensamentos provisórios que respondem “aos imperativos éticos e políticos, de intervenção em debates sobre transformações que ocorrem diante de nossos olhos”.

Na obra, Laclau faz uma crítica à noção clássica de emancipação, conceito que está totalmente

* Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e graduado em Letras - Habilitação em Português e Literaturas da Língua Portuguesa pela mesma instituição. Email: evertongarciaadacosta@gmail.com

vinculado às ideias de universal e particular. O autor nos mostra que os discursos emancipatórios tradicionais se fundamentaram sob seis dimensões específicas.

A primeira das seis dimensões apresentadas por Laclau é a dicotômica, ou seja, há necessariamente entre o momento emancipatório e a ordem vigente que o antecedeu um hiato radical, uma total descontinuidade. A segunda dimensão é a holística, ou seja, a emancipação afeta todas as esferas da vida social. A terceira dimensão é a de transparência: uma vez erradicada quaisquer formas de alienação (religiosa, política, econômica etc.), a essência humana se torna transparente, de maneira que não sobra espaço para relações de poder ou representação. A quarta dimensão é a de preexistência, pois, de acordo com Laclau, sem opressão não há emancipação e, para haver opressão, deve preexistir aquilo que será emancipado, ou seja, o oprimido deve preexistir ao opressor, caso contrário, suas identidades são oriundas da mesma ordem. A quinta dimensão apresentada pelo autor é a de fundação (ground), segundo a qual, para Laclau, qualquer emancipação radical, isto é, que pretende abandonar tudo aquilo que a procedeu só pode ser alcançada por meio da fundação do social, de modo que, “Se não há nenhuma fundação, se o ato revolucionário deixa um resíduo que está para além da capacidade transformadora da práxis emancipatória, a própria ideia de emancipação *radical* se torna contraditória” (LACLAU, 2011, p.24). A sexta e última dimensão é a racionalista, que, segundo o autor, é nessa dimensão que as “escatologias secularizadas” rompem com as religiosas. Para estas últimas, a única forma de absorção do real é exclusivamente através de revelações divinas, ou seja, Deus é quem nos transmite o real. Todavia, para as escatologias seculares o real não pode ser oriundo de algo exterior ao próprio real, mas sim de uma racionalidade absoluta.

O problema, aponta Laclau, é que existe uma incompatibilidade lógica principalmente entre a dimensão dicotômica e a dimensão de fundação. Numa emancipação efetiva, o abismo dicotômico que há entre o elemento oprimido e o elemento opressor deve ser radicalizado. Com efeito, há uma solidariedade lógica entre a dimensão dicotômica e a dimensão de preexistência: sem a preexistência de um elemento a ser emancipado em relação ao elemento opressor que impede a liberdade do primeiro,

não faria sentido falar em emancipação. A tese de Laclau é a seguinte: se a identidade do “opressor” e a identidade do “oprimido” são produto do mesmo sistema de formação, então não há realmente uma relação de opressão entre eles. Desse modo, se não há opressão também não existe libertação. Com efeito, a instauração de um novo fundamento do social, ou seja, uma nova ordem social não seria fruto de um ato libertário, mas, antes, de uma *relação contingente de poder*.

Segundo Laclau, os discursos emancipatórios clássicos pecaram em não saber lidar com essa incompatibilidade lógica e, por esse motivo, se constituíram de maneira incoerente. Tomemos como exemplo o discurso emancipatório marxista. O marxismo tradicional determina a realidade social ao antagonismo econômico existente entre duas classes distintas: a burguesia capitalista e o proletariado. A relação entre essas duas classes é de opressão. De um lado, temos os burgueses, uma minoria que detém em mãos os meios de produção, os lucros do capital e, conseqüentemente, o poder. Do outro lado, temos os proletários, a massa de operários das fábricas, os miseráveis, trabalhadores alienados e escravizados pelo capital, que encontram na venda de sua força de trabalho a única forma de sobrevivência. Conforme o marxismo, os proletários somente sairiam da situação de alienação no instante em que se conscientizassem de sua situação, se unissem e, por meio de uma revolta violenta, derrubassem a burguesia, assumindo assim o controle político do Estado. Nesse momento seria instaurada uma nova ordem política e social: a ditadura do proletariado.

Podemos facilmente identificar no discurso emancipatório marxista a incompatibilidade lógica mencionada por Laclau. Para o marxismo, a revolução do proletariado marcaria, sobretudo, o estabelecimento de um novo fundamento do social. A nova ordem, fruto do movimento de emancipação, seria completamente diferente da ordem vigente que havia durante o período de “opressão”. Todavia, quando analisamos a dimensão dicotômica no discurso marxista, encontramos aí um grande problema. Conforme aponta Laclau, numa emancipação radical a dicotomia “não é uma simples *diferença* entre dois elementos ou estágios que coexistem contemporânea ou sucessivamente e que, desse modo, contribuem para a constituição de suas mútuas identidades di-

ferenciais”. A dimensão dicotômica requer, para Laclau, um abismo radicalizado entre a identidade do opressor e a identidade do oprimido; não pode haver entre elas qualquer relação de objetividade, ou seja, elas não podem ser fruto do mesmo sistema de formação. O marxismo desconsiderou esse importante fato. Nos modos de produção pré-capitalistas não existia uma burguesia capitalista e muito menos um proletariado. A classe burguesa e a classe proletária só passam a existir no momento em que emerge o modo de produção capitalista. Burgueses e proletários são produto do capitalismo; a identidade de um depende necessariamente da identidade do outro para existir. Desse modo, não há entre eles uma real situação de exploração.

Laclau argumenta que só faria sentido falar em emancipação, no que diz respeito ao proletariado, se a burguesia capitalista negasse aos proletários um elemento constitutivo da sua identidade que fosse anterior ao próprio sistema capitalista, o que não é o caso. E, se partimos do pressuposto de que a burguesia e o proletariado não podem ser definidos em termos de “opressor” e “oprimido” – como propõe o discurso emancipatório marxista –, então a fundação de uma nova ordem, oriunda de uma “revolução” proletária não seria outra coisa que o produto de uma relação contingente de poder. Não existiria, portanto, uma emancipação real.

Apesar dessa inevitável contradição que há entre as dimensões dicotômica e de fundamentação – a qual fica tão evidente quando analisamos o discurso emancipatório marxista – Laclau argumenta que a saída não é escolher uma dessas linhas em detrimento da outra. Pelo contrário, o autor defende a tese de que a emancipação nasce justamente da união delas: emancipação requer uma fundação radical, ao mesmo tempo em que também requer uma exclusão radical. O relevante é conceber uma relação entre particularismo e universalismo que fuja da concepção clássica. A relação entre o universal e o particular é totalmente instável. A universalidade não possui conteúdo próprio; ela é uma plenitude ausente, um significante da sua própria ideia de plenitude.

O universal é oriundo do particular, pois é a partir da negação do particular que emergirá o símbolo da universalidade. Dessa forma, Laclau observa o universal como um significante vazio e, assim sendo, não pode ser determinado por uma simples

análise do particular em si ou então do universal em si; a relação entre particularismo e universalismo é um processo de formação de hegemonia, o qual ocorre subordinadamente a um determinado contexto de antagonismo. Toda identidade universal nasce de uma identidade particular, isso porque o objetivo de qualquer identidade particular é se diferenciar do universal se autoafirmando e adquirindo hegemonia. Contudo, esse processo hegemônico de diferenciação termina por transformar o particular em universal. O particular ao mesmo tempo em que nega o universal – fundação – também o requer. Essa divisão contraditória é a base constitutiva de toda identidade. A totalidade atua como uma presença-ausente na identidade particular, forçando-a a todo instante a ir além de si mesmo, a buscar estabelecer-se como um universal, ainda que seja um universal precário e não suturado. Com efeito, uma política democrática calcada nessa lógica seria aquela em que as particularidades, isto é, as identidades finitas, buscam assumir tarefas universais que vão além dos seus limites, mas que nunca poderão ocultar totalmente o espaço existente entre a tarefa e a identidade. Isso acontece porque incompletude e provisoriidade são características essenciais de toda democracia.

Como já afirmamos, a obra de Laclau vem adquirindo grande espaço dentro do cenário intelectual brasileiro. E a tradução de *Emancipação e Diferença* em território nacional é o reflexo disso. O livro se mostra de total relevância para o campo das Ciências Humanas devido, dentre outros motivos, ao seu teor de transdisciplinaridade: a obra aborda questões como a relação entre universalismo e particularismo, a emancipação social, as relações de poder, a formação de identidades, os antagonismos sociais, a hegemonia, a linguagem, o pós-fundacionalismo, o multiculturalismo e uma série de outros temas caros às áreas da Filosofia, Ciência Política, Filosofia Política, Sociologia, Educação etc.

Em *Emancipação e diferença*, Ernesto Laclau nos mostra que as teorias tradicionais, como a marxista, por exemplo, apresentam uma série de incoerências que o atual pesquisador não pode simplesmente ignorar, já que elas impossibilitam tais teorias de explicar efetivamente a realidade política e social contemporânea. E o que é mais importante: Laclau não se limita apenas a criticar os clássicos; o autor apresenta uma proposta teórica inovadora, até certo ponto polêmica, e que, sobretudo, rompe com a

tradição.

Emancipação e diferença analisa pormenorizadamente nosso atual cenário político, social e cultural e nos serve como uma poderosa ferramenta que auxilia a compreender o mundo em que vivemos. Com uma linguagem rebuscada, típica de um grande erudito, tal qual Laclau o é, o autor nos força a ir aos limites do nosso saber, num movimento que, ao mesmo tempo em que desconstrói com uma força arrasadora uma série de teorias, conceitos e noções que já há muito estavam entranhadas em nossa história, também constrói uma ousada proposta política de democracia radical que vai de encontro aos modelos políticos tradicionais calcados numa fundamentação iluminista.

Recebido em: 12 de abril de 2012

Aceito em: 17 de setembro de 2012